



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral
Secretaria Especial de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação-Geral de Transporte

Estudos Preliminares - Serviços nº 3/2020/COTRAN/DILOG/SA

Nota Explicativa: As contratações *de serviços sob o regime de execução indireta* devem ser precedidas de **Estudos Preliminares, realizados pela equipe de planejamento da contratação, com base no documento que formaliza a demanda**, para análise da sua viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência ou Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração, *observadas as diretrizes gerais e específicas constantes do Anexo III da IN SEGES/MP nº 5/2017.*

Nota Explicativa: Para a elaboração dos Estudos Preliminares, deverão ser observadas as seguintes diretrizes gerais:

1. Listar e examinar os normativos que disciplinam os serviços a serem contratados, de acordo com a sua natureza;
2. Analisar a contratação anterior, ou a série histórica, se houver, para identificar as inconsistências ocorridas nas fases do Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato, com a finalidade de prevenir a ocorrência dessas nos ulteriores Termos de Referência ou Projetos Básicos;
3. Ao final da elaboração dos Estudos Preliminares, avaliar a necessidade de classifica-los, nos termos da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2001](#).

ESTUDOS PRELIMINARES

SERVIÇO SOB O REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA - INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MP Nº 5/2017

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Atenção: item obrigatório para elaboração dos Estudos Preliminares (Art. 24, § 2º, IN 5/2017).

A justificativa da necessidade deve ser fornecida pela unidade requisitante da contratação.

1.1. Conforme descrito na Portaria nº 07, de 14 de março de 2018, que aprovou o Regimento Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República, uma das atribuições da Coordenação-Geral de Transporte - COTRAN é planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao **transporte terrestre nas viagens e eventos oficiais do Presidente da República** e dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, tornando necessária a utilização de veículos locados em todo território nacional, por não existir veículos da frota oficial para atendimento, exceto o Distrito Federal e Região do Entorno.

1.2. Esta contratação provê o suporte necessário dos veículos a serem locados nas **viagens efetuadas pelo Presidente e Vice-Presidente da República**, para os setores administrativos e à segurança das

autoridades, **no estado do Pará.**

1.3. Cumpre consignar que a Presidência da República **não possui frota de veículos** no estado do Pará para suprir a demanda das atividades a serem desempenhadas, vez por que se mostra necessária a presente contratação.

1.4. Outrossim, a locação, por demanda, de veículos automotores por meio de empresa especializada resultará em **economia significativa à Administração Pública** em comparação com a manutenção de uma frota própria para atender tal finalidade.

1.5. Esta contratação se faz necessária tendo em vista que o contrato que atendia as demandas de locação de veículos, com e sem motoristas, nas Regiões Norte e Centro-Oeste, exceto o Distrito Federal e Região do Entorno, para atendimento das necessidades de transporte terrestre nas viagens e eventos oficiais, encerrou-se em 31 de março de 2019 e, em consequência, foi realizado o Pregão Eletrônico nº 47/2019, o Pregão Eletrônico nº 6/2019, bem como duas tentativas de contratação emergencial. Todavia foram fracassados. O terceiro procedimento licitatório, por meio do Pregão Eletrônico nº 27/2019, não logrou êxito para a Região Centro-Oeste e nem para os estados do Acre, Amazonas, Pará e Roraima na Região Norte.

1.6. A complexidade das ações inerentes à Presidência da República e dos Órgãos a ela vinculados se reflete na necessidade de **veículos com características que variam de acordo com a demanda**, devendo-se observar os critérios de segurança, quantidade, diversidade, entre outros.

1.7. Cabe destacar que a locação de veículos visa suprir as demandas essenciais ao cumprimento das determinações dispostas no Decreto nº 4.332, de 12 de agosto de 2002, que estabelece as **normas para o planejamento, a coordenação e a execução das medidas de segurança** a serem implementadas durante as viagens presidenciais em território nacional, de responsabilidade do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e a Assessoria Militar da Vice-Presidência da República, que coordenam as mesmas.

1.8. Outro ponto a ser destacado é a necessidade de se disponibilizar veículos de representação para serem utilizados em todos os deslocamentos no território nacional, conforme disciplinado pelo **Decreto nº 9.287**, de 15 de fevereiro de 2018, para o Presidente da República, Vice-Presidente da República, Ministros de Estado, ex-Presidentes da República e para ocupantes de cargos de natureza especial ou pelas autoridades de que trata o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000.

1.9. O Decreto citado acima trata ainda do caso dos **integrantes de comitiva** do Presidente da República e do Vice-Presidente da República e os colaboradores eventuais que podem fazer uso dos veículos de serviços comuns, quando no estrito cumprimento de atividades solicitadas pela administração.

1.10. Cumpre ressaltar ainda que conforme o disposto na Lei nº 7.474, de 08 de maio de 1986, regulamentado pelo Decreto 6.381, de 27 de fevereiro de 2008, os **ex-Presidentes da República** têm o direito a dois veículos, que podem vir a ser necessários no Estado do Pará, portanto passíveis de serem locados na presente contratação.

1.11. A contratação do serviço de locação de veículos também visa a atender a necessidade de deslocamento de **servidor fora da área urbana**, pois, nesse caso, quando este se afastar a serviço da localidade onde tem exercício para outro ponto do território nacional, fazendo jus à percepção de diárias, esta indeniza o servidor com as despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana, segundo o disposto no Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006. Portanto, quando o deslocamento for fora desse perímetro é preciso prover os meios para que o servidor cumpra as atividades a que foi incumbido.

1.12. Outrossim, deve ser ressaltado que as **especificidades de algumas categorias de veículos** a serem locados tem como objetivo atender aos requisitos da segurança presidencial e vice-presidencial.

1.13. Ademais, a locação, **por demanda**, de veículos automotores de grande, médio e pequeno porte, bem como para transporte de cargas através de empresa especializada resultará em economia significativa à Administração Pública.

1.14. A contratação cumpre à **orientação do Tribunal de Contas da União**, Acórdão 230/2006-Plenário, processo 016.236/2005-6, constante da Auditoria Interna TCU, que recomenda a realização de licitação

pública para a locação de veículos em âmbito nacional.

2. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA PR, SE HOUVER:

Atenção: caso o item não seja contemplado neste instrumento, deverão ser apresentadas justificativas (Art. 24, § 3º, IN 5/2017).

2.1. Indicar se a contratação está alinhada aos planos instituídos pelo órgão ou entidade tais como Plano de Desenvolvimento Institucional ou Planejamento Estratégico, quando houver.

2.1.1. Esta contratação está alinhada com o processo interno “Aperfeiçoar a gestão administrativa e a governança”, mais especificamente na atividade “Modernizar a infraestrutura física e tecnológica da Presidência da República”, constantes do Mapa Estratégico do Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral/2018-2023.

2.2. Informar a política pública a que esteja vinculada ou a ser instituída pela contratação, quando couber.

2.2.1. Não se aplica

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Atenção: caso o item não seja contemplado, deverão ser apresentadas justificativas (Art. 24, § 3º, IN 5/2017).

3.1. Elencar os requisitos necessários ao atendimento da necessidade.

3.1.1 Os serviços a serem prestados são de **natureza continuada** e serão prestados no Estado do Pará.

3.1.2 A Contratada deverá ter um preposto formalmente designado antes do início da prestação dos serviços. Deverá ter, ainda, um representante constituído por pessoa física (preposto), para atendimento nas missões presidenciais e/ou vice-presidenciais, na capital ou interior do Estado, que deverá atuar de forma exclusiva junto ao servidor da Administração incumbido de atuar como Coordenador de Transporte Terrestre.

3.1.3 O valor a ser considerado para o **reembolso do combustível consumido é o preço médio** constante do levantamento de preços efetuado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para o mês e o Estado em que o serviço foi prestado. Caso o levantamento de preços não abranja o mês completo, poderá ser utilizado o período proporcional já divulgado pela ANP.

3.1.4 Os veículos que comporão a **cápsula presidencial** deverão ser apresentados ao Coordenador de Transporte Terrestre para que, após análise, verifique se as características do veículo estão de acordo com o solicitado, principalmente no que se refere à padronização de **cor e potência** nos veículos utilizados pelo comboio. Os veículos deverão ser de cor **preta ou prata ou branca ou cinza, sendo permitidas outras cores sóbrias, desde que aprovadas pelo Coordenador de Transporte Terrestre**. Após a triagem dos veículos pela equipe de Transporte Terrestre, os carros sem motorista ficarão sob a responsabilidade da Equipe de Segurança da Presidência da República.

3.1.5 Os Veículos que, quando necessário, **pernoitarão em hotel** serão apenas os locados sem motorista. Os demais veículos só permanecerão no hotel em caso de pernoite do Presidente da República e/ou do Vice-Presidente da República.

3.1.6 Serão objeto de reembolso as despesas com combustível, diárias dos veículos e dos motoristas nos deslocamentos de ida e volta em missões a serem realizadas no interior do estado contratado.

3.1.6.1 A quantificação dos valores levará em conta a distância da capital de estado mais próxima do local da missão.

3.1.6.2 Serão utilizadas como parâmetros para a quantificação das distâncias e do tempo de deslocamento as informações disponibilizadas nos sítios eletrônicos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT – e/ou dos Órgãos Estaduais congêneres, assim como do serviço Google Maps, disponível em <https://www.google.com.br/maps>.

3.1.6.3 Será considerada, para estipulação do tempo de deslocamento, sempre a rota mais rápida indicada pelas fontes acima mencionadas.

3.1.6.3.1 Para as frações de hora até, e inclusive de 30 (trinta) minutos, será considerada a hora de referência, e, acima disso, passar-se-á para a hora seguinte (Exemplo: até 13h29 – será computado 13h; após 13h31 – será computado 14h).

3.1.7 Nos casos de utilização de veículos do **tipo ônibus ou micro ônibus** para **transporte de tropa** (ASA - Agentes de Segurança de Área) da capital para o interior e que o itinerário percorrido ultrapasse 500 km ou 08 horas de trabalho, a Contratada deverá apresentar **02 motoristas** para cada veículo, que trabalharão em sistema de revezamento, sendo pagas **diárias de 08 horas** para cada motorista.

3.1.8 Quando, por necessidade do serviço, os motoristas pernitem fora de seu domicílio, as **diárias** serão acrescidas em **60% (sessenta por cento)**. **Isto não se aplica às horas extras.**

3.1.8.1 No último dia em que ocorrer o evento presidencial ou vice-presidencial, as diárias **não terão o acréscimo** mencionado no item anterior, exceto se for necessário o pernoite dos motoristas que tenham domicílio diverso da cidade do evento, **a critério do Coordenador de Transporte Terrestre.**

3.1.9 Estrutura operacional da empresa.

3.1.9.1 A contratada deverá oferecer condições de **pronto atendimento na execução** dos serviços, disponibilizando os veículos nos horários, datas e locais pré-estabelecidos pela Coordenação de Transporte Terrestre, nas quantidades solicitadas, independente do local de onde tenha que trazê-los.

3.1.9.1.1 Por ocasião da assinatura do Contrato, a adjudicatária deverá apresentar comprovação de **propriedade de veículos**, conforme as especificações dos veículos que constam do Apêndice II, nos **quantitativos mínimos abaixo relacionados**, propriedade esta que deverá ser mantida enquanto perdurar o contrato:

	CATEGORIA	GRUPO 1
		Qtde. de veículos
1	Executivo Blindado I	1
2	Camioneta (SUV) Executiva 4X4	2
3	Caminhonete Executiva 4x4	2
4	Executivo I	3
5	Executivo II	5
6	Executivo III ou de Categoria Superior	3
7	Popular ou de Categoria Superior	10

3.1.9.1.1.1 Todos os veículos, cujas **propriedades deverão ser comprovadas**, deverão estar em nome da empresa adjudicatária. Poderão ser aceitos veículos vinculados a empresas de LEASING, desde que conste na observação do respectivo documento o arrendamento à empresa licitante vencedora, sob pena de decair o direito à contratação e serem convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Para efeito da comprovação de que trata este item, a adjudicatária deverá proceder à **apresentação dos originais** dos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos - CRLV- emitidos pelo Órgão de Trânsito.

3.1.9.1.1.2 Caso a licitante vencedora não disponha em sua frota dos veículos especificados na tabela do item **3.1.9.1.1**, à exceção do "Item 6 - Executivo III ou de Categoria Superior" e "item 7 – Popular ou de Categoria Superior", a empresa deverá apresentar declaração, para os itens de 1 a 5, de que tem condições de sublocar e disponibilizar os veículos no local indicado pela contratante, seja na capital ou no interior, nas mesmas especificações que constam do Apêndice II.

3.1.9.1.1.3 Para a prestação dos serviços, caso haja necessidade, a empresa poderá sublocar os veículos da tabela abaixo, conforme as especificações dos veículos que constam do Apêndice II:

CATEGORIA

1	Executivo Blindado I
2	Executivo Blindado II
3	Camioneta Exec Blind 4x4 SUV
4	Caminhonete Exec Blind 4x4
5	Camioneta Exec 4x4 SUV
6	Camioneta Exec 4x2 SUV
7	Caminhonete Exec 4x4
8	Caminhonete Exec 4x2
9	Automóvel Executivo I
10	Automóvel Executivo II
11	Automóvel Executivo III
12	Popular
13	Van Executiva
14	Utilitário Furgão
15	Ônibus
16	Microônibus
17	Micro Caminhão
18	Guincho
19	Veíc. Transp. Cadeirante

3.1.9.1.1.4 Os veículos devem possuir, no máximo, **2 (dois) anos de fabricação ou até 40.000 quilômetros rodados**. Neste caso, será observado o que ocorrer primeiro, **exceto para os veículos blindados e para o item abaixo mencionado**.

3.1.9.1.1.5 Para a **Van Executiva** será permitido que tenha, no máximo, **4 (quatro) anos** de fabricação. Para as categorias **Ônibus e Caminhão** será tolerado o máximo de **6 (seis) anos** de fabricação.

3.1.9.1.1.6 No caso dos veículos blindados, será exigido o **Termo de Responsabilidade de Blindagem** do veículo.

3.1.9.1.1.6.1 Os **veículos blindados poderão ter até 5 (cinco) anos de uso**, desde que estejam em perfeitas condições de utilização.

3.1.9.1.1.7 Os veículos terão prévia avaliação e aprovação do Coordenador de Transporte Terrestre.

3.1.9.2 A Contratada deverá providenciar a imediata **substituição dos veículos** que apresentarem defeito, ou que estiverem fora das especificações exigidas ou, ainda, que não tenham sido aprovados em avaliação prévia CTT, bem como os que estejam em mau estado de conservação e, também, em caso de furto ou roubo.

3.1.9.3 A Contratada se responsabilizará totalmente pelos veículos sublocados, inclusive no que tange ao **seguro** dos mesmos.

3.1.9.4 A Contratada deverá possuir uma **Central de Atendimento e um telefone móvel 24 horas** para atender exclusivamente à Presidência da República.

3.1.10 Especificação dos veículos:

3.1.10.1 As especificações dos veículos constam do Apêndice II (Especificações dos Veículos).

3.1.11 Carga-horária dos veículos:

3.1.11.1 Os veículos serão locados de acordo com a discriminação abaixo:

a) Diárias de uso consecutivo até 06 dias:

I – Diária de 24 (vinte e quatro) horas;

II – Diária de 10 (dez) horas;

b) Diárias de uso consecutivo entre 07 e 14 dias;

- c) Diárias de uso consecutivo entre 15 e 29 dias;
- d) Diárias de uso consecutivo igual ou superior a 30 dias; e
- e) Horas-extras, quando for o caso.

3.1.11.2 O valor da diária de 10 (dez) horas não poderá ultrapassar o limite máximo de 80% (oitenta por cento) do valor da diária de 24 (vinte e quatro) horas.

3.1.11.3 O valor da hora-extra do veículo não poderá ultrapassar a 20% da diária correspondente.

3.1.11.4 Caso haja cancelamento da solicitação de veículos e não seja feita a comunicação à empresa contratada com pelo menos 04 (quatro) horas de antecedência da apresentação nas capitais e 06 (seis) horas no interior, será devido à mesma, a título de “no show”, valor que não poderá ultrapassar o limite máximo de 70% (setenta por cento) do valor da diária de 10 (dez) horas. Quando a comunicação for efetuada tempestivamente nos prazos acima mencionados, a Contratante estará isenta de qualquer ônus.

3.1.12 Informações dos Motoristas

3.1.12.1 Os motoristas indicados pela Contratada deverão possuir perfil profissional pautado por discrição e cortesia.

3.1.13 Condições de apresentação para o serviço

3.1.13.1 O motorista deverá se apresentar para o serviço trajando passeio completo (terno e gravata), em cores sóbrias e sapato social, independente do local da missão. Qualquer alteração nestas condições será comunicada previamente ao motorista pelo Coordenador de Transporte Terrestre.

3.1.14 Os deveres e obrigações dos motoristas estão previstos no Apêndice III deste Termo de Referência

3.1.15 Carga-horária

3.1.15.1 A carga-horária diária do motorista será de 10 (dez) horas, descontando-se duas horas destinadas à realização de suas refeições, o excedente será ressarcido por hora extra.

3.2. Definir e justificar se o serviço possuiu natureza continuada ou não.

3.2.1. O serviço a ser prestado é de natureza continuada pois, em sua essência, visa atender a necessidade pública de forma permanente e contínua, excedendo a um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, pois caso ocorresse sua interrupção poderia comprometer o cumprimento da missão institucional, conforme detalhamento anteriormente exposto no item 1. (Art. 15 IN 05/2017)

3.3. Incluir, se possível, critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

3.3.1. A empresa contratada deve disponibilizar, preferencialmente, veículos movidos a combustíveis renováveis, ou então que sejam bicom bustíveis, de acordo com o estabelecido no art. 1º da Lei nº 9.660, de 16 de junho de 1998.

3.3.2 Ressalvando a exceção estipulada no §2º do art. 1º da citada Lei, quanto aos veículos de representação utilizados pelo titular do Poder Executivo.

3.4 Avaliar a duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada, que poderá, excepcionalmente, ser superior a 12 meses, e justificar a decisão.

3.4.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante

Termos Aditivos, de acordo com o art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, observados os seguintes requisitos:

- os serviços tenham sido prestados regularmente;
- a Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- a contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação

3.5 Identificar a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

3.5.1 Não se aplica.

3.6 Elaborar quadro identificando as soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes etc.) que atendem aos requisitos especificados e, caso a quantidade de fornecedores seja considerada restrita, verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou flexibilização destes requisitos.

3.6.1. Para suprir a demanda da contratação pretendida, atendem as condições do certame licitatório as empresas de locação de veículos, ou empresas que tenham essa prestação de serviços no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

3.6.2. Os requisitos exigidos nas especificações dos veículos embasados em questões de conforto, como o comprimento mínimo para garantir um espaço adequado dentro do habitáculo dos passageiros, e de segurança como potência mínima e em alguns casos blindagem, são necessários para atender as maiores autoridades do País, não sendo possível flexibilizar essas exigências.

3.6.3. Algumas condições que serão dispostas no Termo de Referência como apresentação de atestado(s), declaração(ões), ou certidão(ões) de capacidade técnica, foram alteradas visando ampliar a quantidade de empresas aptas a participar do certame.

3.6.4. No entanto, essas determinações servem para garantir que a empresa vencedora da licitação possua uma estrutura mínima e suficiente para atender as demandas da Presidência da República, não se mostrando razoável suprimir todos os requisitos.

3.6.5. Aliás, alguns pontos até foram flexibilizados como a possibilidade de que a empresa não apresente os quantitativos de comprovação de propriedade. Caso a contratada não disponha em sua frota dos veículos especificados na tabela do item **3.1.9.1.1**, à exceção do "Item 6 - Executivo III ou de Categoria Superior" e "item 7 – Popular ou de Categoria Superior", a empresa deverá apresentar declaração, para os itens de 1 a 5, que tem condições de sublocar e disponibilizar os veículos no local indicado pela contratante, seja na capital ou no interior, nas mesmas especificações.

3.6.6. Inclusive, a sublocação é autorizada para todas as categorias de veículos, quando houver necessidade, o que atenua parcialmente as exigências.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE:

Atenção: item obrigatório para elaboração dos Estudos Preliminares (Art. 24, § 2º, IN 5/2017).

Para estimativa das quantidades, a equipe de planejamento deverá observar as seguintes diretrizes específicas:

- Definir e documentar o método para a estimativa das quantidades a serem contratadas;
- Utilizar informações das contratações anteriores, se for o caso;
- Incluir nos autos as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte informar neste espaço o número referencial do documento SEI.

- *Para os casos em que houver a necessidade de materiais específicos, cuja previsibilidade não se mostra possível antes da contratação, avaliar a inclusão de mecanismos para tratar essa questão.*

4.1. O quantitativo de serviço a ser demandado foi estimado com a utilização do Fator de Ponderação, conforme pode ser observado na memória de cálculo para sua definição na planilha SEI nº 1801085.

4.2. O Fator de Ponderação refere-se à estimativa de custos no quantitativo de locações de veículos e horas extras, diárias de motoristas e horas extras e gastos com combustíveis.

4.3. Foi utilizada, para definir o Fator de Ponderação, a soma dos quantitativos efetivamente utilizados nos exercícios de 2014, 2015, 2016 e 2017.

4.4. Para detalhar mais esmiuçadamente a forma de cálculo, os anos de 2014 e 2015 tiveram peso 2 pelo fato de estarem com a estrutura completa da Presidência da República, e os anos de 2016 e 2017 foram calculados com o peso 1 devido a estrutura não contar com a figura do Vice-Presidente da República, após o afastamento por impedimento da ex-Presidente da República, o que, por consequência, diminuiu a utilização dos serviços do contrato de locação de veículos nas Regiões Norte e Centro-Oeste.

4.5. Para estabelecer o montante a ser contratado neste novo certame licitatório, foram somados ao Fator de Ponderação, que se refere aos quantitativos de veículos e horas extras, diárias de motoristas e horas extras e gastos com combustíveis efetivamente utilizados nas administrações (governos) anteriores, a média aritmética dos quantitativos de locação de veículos e horas extras utilizados pela atual administração. Isto porque o quantitativo de serviços utilizados pela atual administração difere do quantitativo de serviços das administrações anteriores, principalmente no que se refere aos veículos utilizados no comboio presidencial.

4.6. O contrato que atendia as demandas de locação de veículos, com e sem motoristas, nas Regiões Norte e Centro-Oeste, exceto o Distrito Federal e Região do Entorno, para atendimento das necessidades de transporte terrestre nas viagens e eventos oficiais, encerrou-se em 31 de março de 2019 e, em consequência, foram realizados o Pregão Eletrônico nº 47/2019, o Pregão Eletrônico nº 6/2019, bem como duas tentativas de contratação emergencial. Todavia não lograram êxito. Na sequência, foi realizado o Pregão Eletrônico nº 27/2019, por meio do Processo nº 00087.000151/2018-92 sendo homologadas e adjudicadas as propostas para os Estados do Amapá, Pará, Rondônia e Tocantins.

4.7. No que se refere ao Estado do Pará, a empresa licitante deixou de apresentar a documentação exigida no subitem 13.2.4 do Termo de Referência, não sendo formalizado o contrato e as licitantes remanescentes não tiveram interesse em celebrar o contrato para atender ao referido Estado.

4.8. Em razão do sucesso parcial do Pregão Eletrônico nº 27/2019, foi aberto o Processo nº 00087.000901/2019-15 para uma nova licitação, com vistas à contratação para a Região Centro-Oeste e para os Estados do Acre, Amazonas e Roraima, da Região Norte. Destaca-se que este processo não incluiu o Estado do Pará porque, ao ser iniciado, ainda havia expectativa da assinatura de contrato para este Estado. Ao se constatar a impossibilidade desta assinatura, a tramitação do Processo nº 00087.000901/2019-15 já estava bastante adiantada, ensejando a abertura do Processo nº 00087.000129/2020-67, exclusivamente com vistas à contratação de empresa para o Estado do Pará.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

Atenção: caso o item não seja contemplado, deverão ser apresentadas justificativas (Art. 24, § 3º, IN 5/2017).

Nota Explicativa: Em situações específicas ou nos casos de complexidade técnica do objeto, poderá ser realizada audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

Considerar diferentes fontes, podendo ser analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

5.1. Esta equipe não vislumbra, no momento, uma alternativa ao modelo de contrato ora pretendido,

razão porque será adotado o sistema atual, porém algumas alterações foram efetuadas, objetivando ampliar a competitividade, para que a licitação não seja fracassada a exemplo das tentativas de contratação emergencial e dos Pregões Eletrônicos nº 47/2018, nº 6/2019 e nº 27/2019.

5.1.1. Foi mantido para esta contratação um Grupo para o Estado do Pará.

5.1.2. A comprovação da prestação de serviços, por meio da qualificação técnica, foi alterada levando em consideração o fracasso nos referidos pregões, bem como na tentativa de contratação emergencial, referentes às categorias e quantitativos dos veículos a serem comprovados:

	Categoria	GRUPO 1 Qtde. de veículos
1	Executivo Blindado II ou superior	01
2	Caminhonete Executiva 4x4	02
3	Automóvel Executivo II ou superior	04
4	Popular	05

6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS:

Atenção: item obrigatório para elaboração dos Estudos Preliminares (Art. 24, § 2º, IN 5/2017).

Para a estimativa de preços ou preços referenciais, a equipe de planejamento deverá observar as seguintes diretrizes específicas:

- *Definir e documentar o método para estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais, devendo seguir as diretrizes de normativo publicado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;*
- *Incluir nos autos as memórias de cálculo da estimativa de preços ou dos preços referenciais e os documentos que lhe dão suporte, informando neste espaço no número referencial do documento SEI.*

6.1 Em atendimento ao Art. 2º da Instrução Normativa/MPOG nº 05, de 27 de junho de 2014, foi realizada nova pesquisa em 03 de março de 2020, no *Painel de Preços disponível no sítio eletrônico* <http://paineldepregos.planejamento.gov.br>, com os seguintes filtros: Código de Serviço (CATSER): 25089; Modalidade da Compra: Pregão; Período da compra: comprados últimos 180 dias (1776662).

6.2 O Relatório da consulta realizada no Painel de Preços (1776662), resultou em processos licitatórios, que não puderam ser considerados, em razão dos respectivos modelos de contratação divergirem da instrução vertente, por deterem quantitativo reduzido de categorias de veículos, além de utilizarem metodologias e requisitos que não coadunam com as necessidades especificadas na presente contratação para os órgãos da Presidência da República.

6.3 A pesquisa em *publicações da mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo (inciso III do art. 2º da IN 05/2014)*, **não serve de parâmetro** para balizar os preços, pois ao pesquisar os preços na internet, aceita-se os regulamentos impostos pelas empresas locadoras de veículos, os quais possuem critérios diversos aos exigidos nesta contratação; e, ademais disso, não é possível encontrar nas buscas todos os tipos de veículos ora requeridos, a exemplo dos veículos blindados, não havendo ainda a disponibilidade de entrega de veículos em localidades de menor porte, e/ou com acesso dificultado.

6.4 Em vista do acima exposto, a referência de preços para os estudos preliminares da presente contratação foi obtida por meio das pesquisas de preços realizadas por ocasião da instrução processual referente ao Pregão Eletrônico nº 27/2019, que gerou o Apêndice IV - Planilha de Custos - Grupo 5 - Para (1406604), tendo sido atualizado na planilha de custos os quantitativos dos veículos dos Códigos F, J e L e o quantitativo dos motoristas, que foram alterados levando em consideração o fator de ponderação (1801097).

6.4.1 O valor dos combustíveis foi estipulado por esta equipe por meio de pesquisa do valor médio no sítio eletrônico da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis para o mês de fevereiro de 2020 (1776679, 1776686 e 1776694).

6.4.2 O valor total estimado para esta contratação, como base nos estudos preliminares é de **R\$ 1.078.646,94 (um milhão, setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos).**

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Atenção: caso o item não seja contemplado neste instrumento, deverão ser apresentadas justificativas (Art. 24, § 3º, IN 5/2017).

Descrever todos os elementos que devem ser produzidos/contratados/executados para que a contratação produza resultados pretendidos pela Administração:

7.1. A empresa a ser contratada deverá disponibilizar os veículos a serem locados nos tipos e quantidades solicitados em todos os municípios do Estado do Pará.

7.2. As locações dos veículos podem ser solicitadas a serem prestadas com ou sem motoristas, aplicando-se este último caso, em sua grande maioria, nos veículos que compõem a cápsula de segurança do comboio presidencial.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, QUANDO NECESSÁRIO PARA A INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO:

Atenção: item obrigatório para elaboração dos Estudos Preliminares (Art. 24, § 2º, IN 5/2017).

Nota Explicativa: O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Definir e documentar o método para avaliar se o objeto é divisível, levando em consideração o mercado fornecedor, podendo ser parcelado caso a contratação nesses moldes assegure, concomitantemente:

- *ser técnica e economicamente viável;*
- *que não haverá perda de escala; e*

que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

8.1. A contratação do serviço de locação de veículos era dividida por regiões e, conforme as novas necessidades, foram assim agrupadas:

- a) Norte e Centro-Oeste, no Pregão Eletrônico nº 47/2019 - 1 Grupo, no Pregão Eletrônico nº 6/2019 foi dividido em 2 grupos, um a Região Norte e o outro a Região Centro-Oeste, no Pregão Eletrônico nº 27/2019 foi subdividido em 8 grupos, um para a Região Centro-Oeste e 7 para os Estados da Região Norte, visando ampliar a competitividade;
- b) Sul e Sudeste; diante do fracasso dos pregões referentes ao Norte e Centro-Oeste, essas regiões foram divididas em 2 grupos, um para a Região Sul e outro para a Região Sudeste; e
- c) Nordeste - um grupo para a região nordeste.

8.2. Desta maneira a Coordenação-Geral de Transporte buscou ampliar a competitividade, visando conseguir a participação de empresas que atuam regionalmente.

8.3. O parcelamento da contratação em um nível maior do que o mencionado acima, por exemplo, dividindo-os em categoria de veículos, mostra-se inviável e pode comprometer a execução dos serviços, pois em uma missão presidencial são utilizados vários tipos de veículos simultaneamente, exigindo uniformidade de procedimento, já que se houver mais de uma empresa contratada para fornecer os veículos, isso pode afetar o correto andamento da missão e inviabilizar a mesma.

8.4. No Documento de Formalização da Demanda foi mencionada a intenção de se criar um grupo para a locação de veículos a serem utilizados pelas demais **autoridades e servidores** que possuem tal prerrogativa em seus deslocamentos em todo o território nacional, sem as exigências necessárias aos atendimentos dispensados ao Presidente e Vice-Presidente da República, porém ao se analisar o histórico de utilização desse perfil de usuário, constatou-se que a quantidade não seria suficiente para justificar a criação de mais um item/grupo no certame. Procuramos desse modo ampliar a economia de escala ao incluir o quantitativo desses usuários.

8.5. Outro ponto levantado no Documento de Formalização da Demanda foi a criação de grupos distintos para a locação de veículos nas **capitais e no interior**, com a intenção de diminuir os gastos efetuados com algumas despesas que são incluídas pelas empresas na formação de seus preços quando os veículos precisam se deslocar para os municípios do interior dos Estados.

8.6. No entanto, durante as discussões do grupo, foi sugerida a criação de um acréscimo de **60%** (sessenta por cento) nas diárias dos motoristas que pernoitam fora de seus domicílios que, salvo melhor juízo, atenderia o aumento da despesa que a empresa contratada pode vir a ter quando a locação de veículo ocorrer nas cidades do interior.

8.7. Esse acréscimo só será devido quando o motorista efetivamente não tenha domicílio na cidade onde o serviço for prestado, pois os membros da equipe de planejamento observaram em suas experiências de gestão do contrato, que o fato de as missões presidenciais ou vice-presidenciais acontecerem em cidades do interior não significa necessariamente que o acréscimo deve ser desembolsado, pois em várias situações os motoristas moravam nas cidades onde ocorreram as missões, não necessitando arcar com os gastos de hospedagem.

8.8. A definição de 60% foi obtido utilizando por analogia o cálculo do valor da diária dos servidores integrantes do Escalão Avançado nas viagens presidenciais, que em seus deslocamentos fazem jus a **60% do valor da diária de Secretário Executivo**.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS:

Atenção: caso o item não seja contemplado, deverão ser apresentadas justificativas (Art. 24, § 3º, IN 5/2017).

Declarar os benefícios diretos e indiretos que o órgão ou entidade almeja com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos (por exemplo, diminuição do consumo de papel ou de energia elétrica), bem como, se for o caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade.

9.1. A presente contratação busca, entre outros objetivos, atender a orientação contida no Acórdão 230/2006-Plenário do Tribunal de Contas da União, que recomenda a realização de licitação pública para a locação de veículos em detrimento da utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal.

9.2. Visa ainda prover os meios necessários ao deslocamento terrestre nas viagens do Presidente e do Vice-Presidente da República e demais usuários para o Estado do Pará, com otimização dos recursos públicos, pois a locação dos veículos mostra-se mais vantajosa do que a aquisição de frota de veículos para atender essa finalidade, e evita o dispêndio com os contratos acessórios necessários para efetuar a manutenção da mesma.

10. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO:

Atenção: caso o item não seja contemplado, deverão ser apresentadas justificativas (Art. 24, § 3º, IN 5/2017).

Para as providências para adequação do ambiente, a equipe de planejamento deverá observar as seguintes diretrizes específicas:

- *Elaborar cronograma com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores;*
- *Considerar a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado;*
- *Juntar o cronograma ao processo e incluir, no Mapa de Riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo, informando neste espaço no número referencial do documento SEI.*

10.1. Não serão necessárias providências para adequação do ambiente do órgão para a execução dos serviços da presente contratação, pois ela ocorrerá no Estado do Pará.

10.2. Os servidores que farão parte da equipe de gestão e fiscalização do contrato foram capacitados, na própria Presidência da República, para o planejamento da contratação e a fiscalização contratual, nos moldes propostos pela IN nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Atenção: caso o item não seja contemplado, deverão ser apresentadas justificativas (Art. 24, § 3º, IN 5/2017).

Descrever as contratações correlatas e/ou interdependentes.

11.1. A contratação pretendida mostra-se autônoma com relação às demais executadas nesta Coordenação-Geral de Transporte, não possuindo qualquer correlação ou interdependência.

12. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Atenção: item obrigatório para elaboração dos Estudos Preliminares (Art. 24, § 2º, IN 5/2017).

Explicitamente declarar que a contratação é viável ou que a contratação não é viável, justificando com base nos elementos anteriores dos Estudos Preliminares.

12.1. A presente contratação mostra-se completamente viável, visto que a Presidência da República não pode privar-se da mesma, já que é preciso prover os meios necessários aos deslocamentos terrestres do Presidente e do Vice-Presidente da República e demais usuários mencionados neste Estudo Preliminar, no Estado do Pará.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

CÉSAR AUGUSTO NETO
SIAPE 1443349

MARLY TERESA RANGEL LICASSALI
SIAPE 7040582

ADRIANO ALVES DE SOUSA
SIAPE 2487268

WELSON DE ARAÚJO SIQUEIRA
SIAPE 6172585

CARLOS CHRISTIAN MARTINS BEZERRA DA MAIA
SIAPE 2274386



Documento assinado eletronicamente por **Marly Teresa Rangel Licassali, Assistente (GR IV)**, em 30/03/2020, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Augusto Neto, Supervisor**, em 30/03/2020, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Welson de Araujo Siqueira, DAS**, em 30/03/2020, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Alves de Sousa, Supervisor**, em 30/03/2020, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Christian Martins Bezerra da Maia, Assistente**, em 30/03/2020, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1801046** e o código CRC **597B66A7** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0